

A AUTORIA INSTITUCIONAL NOS EDITORIAIS DE JORNAIS

Francisco ALVES FILHO¹

- RESUMO: Este trabalho resulta de uma discussão em torno das relações de implicação e determinação entre as noções de autoria e de gêneros do discurso. A discussão é realizada com base num alargamento da noção de autoria, a qual passa a ser vista como uma categoria constitutiva dos gêneros do discurso como um todo, e não somente daqueles em que o estilo individual é concebido como um empreendimento enunciativo de base – caso dos gêneros literários. A perspectiva principal do estudo considera que há uma relação de mútua determinação entre gênero e autoria de modo que, por um lado, os gêneros já contemplam uma dada concepção de autoria, mas, por outro, é o trabalho da autoria que vai configurando a “relativa estabilidade” formal e funcional dos gêneros. A análise comparada de editoriais de jornal lança luz sobre essa discussão e aponta o fato de que, mesmo em gêneros fortemente institucionais, o estudo da autoria oferece contribuições significativas para o estudo dos gêneros.
- PALAVRAS-CHAVE: Autoria; autoria institucional; gêneros jornalísticos; editorial.

Introdução

O propósito principal deste artigo é discutir a noção de autoria, com atenção especial para a *autoria institucional* – aquela que assume a responsabilidade por textos assinados por empresas e instituições – tomando como dados de análise exemplares de editoriais de jornais brasileiros. A tese de fundo na qual se apóia este estudo é a defesa de que os gêneros de discurso mantêm, exibem e semiotizam uma dada configuração de autoria, a qual tanto é variável em função dos próprios gêneros como contribui para a dinamicidade e a plasticidade dos gêneros. Com isso, estamos defendendo que a autoria tem uma função enunciativa essencial para o funcionamento e circulação dos gêneros e deveria ser contemplada quando da teorização acerca desse funcionamento e circulação.

¹ UFPI – Centro de Ciências Humanas e Letras – Departamento de Letras – 64049-550 – Teresina – PI – Brasil.
Endereço eletrônico: chicofilho@uol.com.br

Embora tenha recebido pouca atenção nos estudos acerca dos gêneros de discurso,² a noção de autoria parece-nos fundamental para a compreensão destes últimos uma vez que o *acabamento*, o *estilo* e mesmo a *estrutura composicional* dos textos é, em grande parte, decorrente do trabalho de autoria: no fim das contas, quem confere um acabamento aos textos e faz as escolhas estilísticas são os autores, embora inseridos sempre em conformações ideológico-discursivas. Mas é claro que a noção de autoria com a qual trabalhamos nem de longe coincide com a concepção tradicional que crê na quase identidade total entre autor e indivíduo, conforme vista pela estilística clássica. Um dos problemas dessa concepção é que ela pressupõe uma soberania do autor diante do estilo, mas, ao nosso ver, o estilo não pode ser visto como uma categoria desvinculada do gênero (ver, a esse respeito, BAKHTIN, 1992b). Como já defendido em trabalho anterior (ALVES FILHO, 2005), estamos admitindo que a autoria é uma categoria sociodiscursiva, que somente pode ser apreendida num estudo que enfoque as relações inextricáveis entre a dimensão verbal e a dimensão social dos textos.

Por outro lado, não comungamos com a tese da morte do autor (defendida por BARTHES, 1984), porque não tratamos do autor aqui como um ser biográfico-histórico e nem como o suposto detentor do sentido dos textos.³ O fato de o autor ter perdido sua aura de soberania perante os leitores e os sentidos, como disse Barthes, não nos impulsiona a inferir desse processo a “morte do autor”. Claro que houve um novo enquadramento cognitivo e semântico-hermenêutico, sobretudo porque o papel do leitor passou a ser reavaliado, porém o autor continua muito vivo porque ele é uma categoria extremamente relevante a guiar os processos de leitura dos textos e discursos.

O que estamos afirmando é que a autoria se situa a um só tempo na imanência dos textos (pois nela deixa vestígios lingüístico-textuais), mas também no mundo sócio-cultural (onde encontramos as instituições e as pessoas que assumem a responsabilidade pelos textos). Sendo um pouco mais direto, diríamos que a autoria se situa num lugar onde a dimensão textual e a dimensão social se encontram e se co-constituem. Por essa razão, afirmamos que a autoria tanto reflete como refrata os indivíduos e as instituições que assumem a responsabilidade enunciativa pelos textos. Esta idéia de autor como aquele que, ao mesmo tempo, *reflete e refrata*, são oriundas de várias

2 Um dos poucos estudos que encontramos mostrando a relação teórica importante entre autoria e gêneros foi a tese de doutorado de Rosângela Hammes Rodrigues, intitulada *A constituição e o funcionamento do gênero jornalístico artigo: cronotopo e dialogismo*, defendida no LAEL/PUC-SP. Na pesquisa, a autora elucida pontos importantes do papel enunciativo da autoria para a construção do gênero artigo de jornal e para o tipo de interação que se dá entre articulistas e leitores de jornal.

3 Parece-nos que, na visão de Barthes, o autor deixa de estar submetido ao seu “retrato biográfico”, mas passa a se submeter a uma língua, que falará independentemente dele.

passagens de textos diversos de Bakhtin, as quais receberam recentemente uma sistematização elucidativa em texto de Faraco (2005, p.39):

O autor-criador é uma posição axiológica recortada pelo autor-pessoa e, portanto, o autor-criador é uma posição refratada, ou, de forma mais precisa: O autor-criador é uma posição refratada e refratante. Refratada porque se trata de uma posição axiológica conforme recortada pelo viés valorativo do autor-pessoa; e refratante porque é a partir dela que se recorta e se reordena esteticamente os eventos da vida.

Essa formulação é interessante porque aponta para o fato de que a autoria tanto é uma categoria sócio-discursiva relativamente estabilizada – portanto, refratante – como também estará sempre sujeita ao trabalho de cada autor-pessoa – por conseguinte, refratada. No caso dos editoriais de jornal, esse duplo aspecto da autoria é particularmente relevante porque pode ajudar a explicar como o editorialista – autor-pessoa – pode refratar a posição discursiva da empresa jornalista – autor-criador.

As relações entre autoria e gêneros do discurso

A teoria de gêneros que fundamenta este trabalho é de vezo sócio-discursivo, baseada sobretudo em Bakhtin (1997, 1992a, 1992b, 1998 e 199-). Estamos tomando por gêneros do discurso os tipos sócio-históricos de enunciados (e não construtos formal-abstratos) dinâmicos e complexos e que, por essa razão, a um só tempo, tanto possibilitam as práticas de linguagem como delas são em grande parte decorrentes. Por isso, os gêneros não serão aqui tomados como estruturas rígidas e fixas que engessam as práticas discursivas, mas encarados como semi-estruturados e como semi-estruturantes. Assim é que, se, por um lado, os gêneros apresentam-se para os sujeitos de uma dada esfera social como ferramentas semióticas para a consecução de ações de linguagem (SCHNEUWLY et al, 2004), por outro, tais ferramentas são constantemente reformuladas e redimensionadas pelos autores dos textos. Tomemos como exemplo um artigo científico: ele se apresenta para os membros de uma comunidade como uma ferramenta com usos, funções e configurações razoavelmente pré-determinadas, porém, ao mesmo tempo, novos usos, funções e configurações poderão emergir a partir do trabalho individual e concreto dos diversos autores. Isso significa que mudanças sociais e culturais se presentificam e podem ganhar forma no trabalho cotidiano da autoria nos diversos gêneros.

De igual interesse é o fato de que as mudanças pelas quais passam os gêneros são mais freqüentes e notáveis quando se observam perfis opostos de autores:

de um lado, os autores inexperientes e em estágio inicial de aprendizagem de um certo gênero; de outro, os autores expertos e com alto grau de mestria nos gêneros que utilizam freqüentemente. Obviamente que, no caso de autores inexperientes, parte dos usos e funções não previsíveis para os gêneros decorre da própria falta de mestria, de domínio e, às vezes, de conhecimento acerca dos gêneros. Mas isso não pode ser desprezado porque a fase de aprendizagem e apropriação de um gênero pode revelar funções e usos que, embora não estejam consagrados numa dada esfera social de comunicação social, podem, em tese, vir a fazer parte do perfil de tal gênero e respondem por representações que dele formulam os sujeitos. Já no caso de autores expertos, o que temos é que, por manejar com bastante segurança e fluência conjuntos de textos, os autores se permitem redimensionar as funções e estruturas dos gêneros.

Temos encontrado exemplos eloqüentes do último caso nas colunas de opinião assinadas de jornais brasileiros, precisamente nas situações em que os colunistas mobilizam estruturas e estilo de outros gêneros e os superpõem às funções e estilo das colunas de opinião já relativamente estabilizadas na esfera jornalística. Há exemplos de uso da estrutura composicional e do estilo de e-mail, carta, fábula, poesia, receita e tese, casos em que se pode dizer que o trabalho da autoria opera mudanças e provoca um novo enquadramento enunciativo para um texto, e, como conseqüência, contribui com o processo de relativização da estrutura e das funções do gênero ao qual pertence. Temos tomado esses casos como indiciadores da relação de mútua determinação existente entre gênero e autoria, mesmo porque a concepção de autoria de vários gêneros do discurso faculta e possibilita esse tipo de trabalho dos autores.

Entretanto, esse tipo de correlação entre autoria e gênero não pode ser explicada com base no conceito tradicional de autoria que o vincula essencialmente ao autor empírico e biográfico. Conforme já defendido em um outro trabalho, estamos tomando por autoria

a instância humana e/ou institucional, designada comumente por um nome próprio, sócio-histórica e culturalmente pré-construída mas, ao mesmo tempo, parcialmente reconstruída a cada ato interacional de produção de sentidos, presumida nos gêneros do discurso e tomada como macro-responsável pelo acabamento, pelo intuito discursivo e pelo estilo de um produto simbólico. (ALVES FILHO, 2005, p.93)

A extensão conceitual efetuada acima permite dizer que todos os textos, decorrentes ou pertencentes a quaisquer gêneros, possuem ou admitem autoria e que, mesmo que esta não seja semiotizada, poderá ser inferida ou atribuída

pelos interlocutores.⁴ Pode-se tratar de uma autoria de *caráter individual privado*, como certas cartas, crônicas e poemas. Aqui o autor, embora (ou porque) fortemente marcado pelos discursos sociais, fala preponderantemente em seu próprio nome enquanto um indivíduo da vida privada, assumindo em primeira pessoa a responsabilidade pela conclusibilidade e pela valoração axiológica dos enunciados. O autor busca obter o efeito de uma autoria individual, de modo que os interlocutores experimentem a sensação de estar interagindo diretamente com um outro indivíduo. Por todas essas razões, a materialidade verbal tenderá fortemente a conter pronomes de primeira e de segunda pessoa, modalizadores e recursos de adjetivação.

Pode tratar-se ainda de uma *autoria de caráter sócio-profissional*, como certas *cartas-abertas*, *e-mails*, colunas assinadas e artigos de opinião. Nesses casos, há uma superposição entre a posição-indivíduo e a classe sócio-profissional, de modo que as referências à primeira pessoa são também uma referência a toda a classe sócio-profissional ao qual o autor se vincula. Classicamente, nesse uso, o autor fala em nome de sua categoria profissional, como uma espécie de porta-voz, sendo comum, no plano lingüístico, a presença de pronomes de primeira pessoa do plural.

Pode ser o caso também de uma *autoria institucional*, como editoriais, notícias da imprensa, bulas de remédio, editais e certas publicidades, nos quais a voz que fala e assume a conclusibilidade e a posição axiológica é a voz de uma empresa ou entidade, havendo deliberadamente o apagamento a qualquer referência que aponte para o redator individual produtor dos textos. Interessante observar aqui que a autoria institucional, no caso dos editoriais, pode ser enquadrada naquilo que Faraco (2005) denominou como o caráter *refratado* e *refratante* do autor-criador, uma vez que a posição axiológica da empresa jornalística aparece recortada pelo redator dos textos e, ao mesmo tempo, a autoria do editorial promove uma refração da realidade que será recriada pelos enunciados. Do ponto de vista da dimensão verbal, há aqui a tendência a não aparecerem pronomes de primeira pessoa e, por outro lado, há preferência por recursos de impessoalização.

Parece-nos que seria possível apontar também, embora de modo intuitivo, a existência de uma *autoria cultural*, no caso de lendas, provérbios, contos folclóricos e alguns tipos de piadas, pois, em tais casos, temos que a responsabilidade pelo

⁴ A idéia de que todo enunciado possui autor aparece formulada claramente no texto de Bakhtin "O problema do texto em lingüística, filologia e nas ciências humanas: um experimento em análise filosófica" (1992a). Nesse texto, afirma Bakhtin que todo enunciado (texto) tem sempre um autor real ou potencial. Mesmo quando, por exemplo, o estudo lingüístico opta por abstrair a autoria, como nos casos da análise de exemplos inventados, ele ainda considera que nestes casos se tem "tipos particulares de autores – inventores de exemplos, experimentadores com sua responsabilidade específica de autor" (p.330). No limite, tem-se também autores nos enunciados mais padronizados, comuns e banais, embora nestes a imagem do autor não entre diretamente na intenção nem no projeto do próprio locutor, diferentemente da obra de arte, em que o autor é percebido e sentido não como imagem representada mas como "um princípio ativo da representação (sujeito representador)" (p.336).

discurso e pela posição axiológica ultrapassa o indivíduo, as instituições e os agrupamentos classistas e somente pode ser referida a todo um universo cultural bem mais amplo. Por essa razão é comum textos dessa natureza circularem anonimamente, restringindo autorias individuais e institucionais. Nesse caso, trata-se de uma autoria cultural no sentido de que a responsabilidade enunciativa e valorativa reside numa coletividade ampla no tempo e no espaço sócio-histórico.

Como já foi possível perceber, a lógica que preside a tipificação acima é a de que a responsabilidade enunciativo-axiológica dos textos se dá em várias instâncias, indo desde uma responsabilidade centrada num único indivíduo até aquela que se centra numa imensa coletividade social e histórica. Esperamos que tudo isso contribua também para fortalecer a assunção de que a autoria tem um caráter representacional-discursivo e que não corresponde a uma realidade anterior e exterior aos textos. Nas práticas sociais de linguagem, o que se dá mais comumente é que a autoria é parcialmente construída durante o processo de produção de um texto oral ou escrito e reconstruída nos atos de leitura dos interlocutores, como já apontado antes.

A autoria na esfera jornalística

Os jornais diários constituem um excelente material verbal-discursivo para o estudo das correlações entre gênero e autoria, porque eles apresentam um conjunto variado de textos cujo caráter genérico decorre, em grande medida, da configuração e do papel da autoria neles desempenhada, conforme foi sugerida por Melo (1994) e utilizada em Rodrigues (2001) e Alves Filho (2005). Assim é que a explicação para as diferentes funções enunciativas entre os editoriais, artigos de opinião, colunas de opinião assinadas e cartas de leitor (gêneros do agrupamento do argumentar conforme proposta de Schneuwly et al)⁵ decorre muito diretamente das diferenças entre o papel da autoria neles desempenhado, e não exatamente ou unicamente do estilo, dos temas e da estrutura composicional. Tanto assim que o texto de alguns artigos de opinião poderia, omitidas as fontes, ser tomado como uma coluna de opinião ou como um editorial. O quadro abaixo visa mostrar as diferenças e semelhanças entre a autoria nos gêneros citados acima:

⁵ Schneuwly et al (2004) e também Bronckart (1999) propõem que os estudos dos gêneros contemplem também uma organização tipológica dos textos. Tomando por critério as operações psicolinguísticas que presidem a produção de linguagem e os recursos linguístico-discursivos que as materializam, esses autores propõem a existência de cinco agrupamentos tipológicos para os textos: relatar, narrar, argumentar, expor e descrever ações. O agrupamento do argumentar – onde podem ser situados os gêneros opinativos da imprensa – situa-se no domínio social de comunicação que tem por objetivo discutir os problemas sociais controversos, tendo como capacidades de linguagem dominantes a sustentação, refutação e negociação de tomadas de posição.

| GÊNEROS JORNALÍSTICOS DO AGRUPAMENTO ARGUMENTAR | TIPO DE AUTORIA | INSTÂNCIA QUE ASSUME A AUTORIA | INSTÂNCIA INTERNA OU EXTERNA AO JORNAL? |
|--|------------------------|---------------------------------------|--|
| EDITORIAL | INSTITUCIONAL | EMPRESA JORNALÍSTICA | INTERNA |
| COLUNA DE OPINIÃO ASSINADA | SÓCIO-PROFISSIONAL | COLUNISTA (JORNALISTA) | INTERNA |
| ARTIGO DE OPINIÃO | SÓCIO – PROFISSIONAL | ARTICULISTA (FIGURA DA SOCIEDADE) | EXTERNA |
| CARTA DE LEITOR | INDIVIDUAL PRIVADA | LEITOR | EXTERNA |

Quadro 1 – Tipologia de autoria no agrupamento argumentar da esfera jornalística

Como ilustrado pelo quadro 1, serve para produzir a identidade genérica do editorial o fato de ele possuir uma autoria institucional assumida internamente pela própria empresa e pelo veículo de comunicação onde é publicado. Já a coluna de opinião assinada, embora, tanto quanto o editorial, possua uma autoria interna à empresa jornalística (visto que os colunistas trabalham para esta e são a ela ideologicamente ligados), apresenta uma autoria de tipo sócio-profissional: o colunista fala em primeira pessoa e em seu próprio nome, mas enquanto um jornalista, portanto em nome de sua classe. Por sua vez, os artigos de opinião comungam com as colunas de opinião a autoria individual-profissional, mas destas diferem pelo caráter externo da autoria: articulistas são, em geral, representantes de prestígio social dos diversos segmentos profissionais dos grupos sociais.⁶ E a carta de leitor possibilita a manifestação de uma autoria individual privada, de modo que o leitor fale em seu próprio nome e em defesa de interesses privados, embora também encontremos cartas de leitor de teor sócio-profissional. O que podemos observar, no conjunto acima, é que, ao se comparar o funcionamento da autoria em gêneros pertencentes a um mesmo agrupamento tipológico e a uma

⁶ Para uma visão mais detalhada da autoria nos artigos jornalísticos, ver Rodrigues (2001), cuja tese inclui discussões muito pertinentes acerca da constituição da autoria nesse gênero. Interessa, sobretudo, a caracterização do caráter de prestígio da autoria e de sua interação assimétrica com os leitores.

mesma esfera de comunicação, os gêneros se aproximam em relação a alguns “traços” e se distanciam em relação a outros, sendo mais bem compreendidos se vistos em co-relação uns aos outros.

O gênero de discurso editorial de jornal

Do ponto de vista das teorias de gêneros de vezo bakhtiniano, pode-se assegurar, com muita tranquilidade, que os editoriais constituem um gênero de discurso. Eles possuem relativa estabilidade quanto a estilo, tema e estrutura composicional; emanam de uma esfera social de comunicação e nela se desenvolvem – o jornalismo; promovem a alternância interacional entre sujeitos historicamente situados – a empresa jornalística e o conjunto de leitores; e apresentam determinadas formas típicas de acabamento e de exauribilidade no tratamento do objeto de sentido. Acrescentaríamos também que o seu caráter genérico pode ser apreendido pelo fato de os editoriais possuírem uma autoria pré-configurada sócio-historicamente e materializada textualmente, a qual está sendo aqui denominada de *autoria institucional*.

A autoria institucional do editorial

Embora os editoriais de jornal possuam uma autoria muito bem delimitada e estabilizada no atual momento, ela já passou por mudanças significativas. Indício disso é o que ocorreu no jornalismo opinativo, nos EUA, no século XIX, quando, segundo Beltrão (1980), o editorial era assinado pelo editor do jornal – embora com uso apenas das iniciais do seu nome – e era escrito para expressar a sua opinião pessoal. Somente tempos depois é que o editorial passou a ser usado para expressar uma opinião representada como de caráter institucional. Esse caráter de autoria institucional possui, hoje, em diversas culturas, uma alta estabilidade, embora tenhamos encontrado alguns casos que se afastam da força centrípeta que a regula.⁷

Nossos dados de pesquisa apontam para os seguintes aspectos caracterizadores da autoria institucional nos editoriais de jornais:

Impessoalização – fala-se *não* em primeira pessoa do singular, mas em terceira pessoa, ou seja, busca-se impessoalidade e objetividade na abordagem

⁷ No jornal *Diário do Povo*, editado em Teresina, encontramos, no espaço de duas semanas, no mês de maio de 2006, cinco editoriais apresentando a estrutura composicional, o estilo e a temática típicos do gênero notícia. Esse funcionamento “inesperado” suscita várias indagações: seria uma forma do jornal se eximir de emitir explicitamente uma opinião? Seria uma falta de domínio do gênero da parte do redator que escreveu os textos? Ou seria uma forma de ceder o espaço enunciativo do editorial para outras vozes sociais? Trata-se de um material que, se investigado, pode apontar para explicações interessantes acerca deste jornal e de sua inserção na vida política do lugar social onde se assenta.

da temática e nas estratégias de argumentação. Uma das funções enunciativas dessa escolha estilística é *não* dar a entender a existência de uma subjetividade e de uma parcialidade no tratamento do objeto de sentido, além de também evidenciar a restrição que impede a tematização das experiências pessoais. Há uma posição axiológica avaliando os fatos, mas o efeito pretendido é que essa apreciação valorativa seja tomada como uma decorrência-conseqüência dos próprios fatos e não como um ponto de vista subjetivado.

No trecho abaixo, por exemplo, os verbos no tempo presente e na terceira pessoa do singular e a ausência a qualquer referência à primeira pessoa dão a entender que a posição axiológica em jogo não decorre de um *acho que* ou *penso que*, mas é uma conseqüência direta dos próprios fatos:

- 1) **Toda cidade é** obrigada a fazer alguns sacrifícios em nome do desenvolvimento. Quase sempre **é traumático**, mas vez por outra **é necessário** derrubar uma casa para abrir uma rua, por exemplo, ou mesmo todo o cotidiano de uma rua. **Dá para imaginar** como **estaria São Paulo** hoje se **os moradores tivessem relutado** em não derrubar ou modificar nenhum prédio da década de 20, por exemplo. (*O Dia*, 27 abr. 2006)

Institucionalização – fala-se em nome de uma instituição ou empresa, a qual assume a responsabilidade pelo tratamento do objeto de sentido e pelas posições axiológicas assumidas, eximindo o redator do texto das responsabilidades jurídicas e enunciativas em relação ao conteúdo e posições assumidas em cada texto empírico; ou seja, o autor jurídico é a própria empresa jornalística, e esse funcionamento pode ser visto no uso de verbos de terceira pessoa e na ausência de elementos que refiram à primeira pessoa ou ao redator empírico do texto. Esse funcionamento exemplifica bem a tese de Bakhtin (1992a) de que o *autor-pessoa* (aqui, a pessoa do editor) não corresponde ao *autor-criador* (aqui a posição axiológica assumida pela empresa jornalística), mas, ao mesmo tempo, a reflete e a refrata. Essa função ganha mais proeminência quando o nome da empresa jornalística é explicitamente citado no corpo do texto:

- 2) Os valores apresentados ontem por **este JMN**, que abriu manchete sobre os repasses constitucionais do Governo Federal à Região Integrada da Grande Teresina, geram, a princípio, controvérsias, mas mostram claramente que a não execução do projeto está ligado a questiúnculas de natureza político-partidária. Os 14 municípios que compõem a Região Integrada recebem mais dinheiro do que três das mais importantes capitais do Nordeste - São Luís (MA), Salvador (BA) e Recife (PE). (*Meio Norte*, 26 abr. 2006)

Ausência de assinatura e de elementos biografizantes – os textos não vêm assinados por nenhum autor individual, assim como não possuem pé biográfico.⁸

⁸ Pé biográfico é uma síntese biográfica do autor de um texto e que figura, no geral, logo abaixo do texto. Nos artigos de jornal, o pé biográfico aparece recorrentemente.

No geral, há apenas o rótulo *editorial* acima de cada texto individual, o que basta para indicar tratar-se de um texto cuja responsabilidade discursiva é da própria empresa jornalística. Da perspectiva da leitura, essa ausência serve para instaurar nos leitores uma interação de caráter institucional, ou seja, pode conduzi-lo a avaliar posições axiológicas cuja responsabilidade é institucional e não pessoal.

Uso da variedade padrão de linguagem – há sistematicamente a ausência de “sotaques sintáticos, lexicológicos e fonéticos”, que possam apontar para sujeitos empíricos ou para segmentos socioculturais. Ao contrário, faz-se uso de recursos gramaticais e lexicais provenientes da modalidade padrão da língua, de modo a produzir um efeito de sentido de imparcialidade e de “seriedade” na abordagem da temática. Faz-se uso do prestígio da variedade culta da língua de modo que esse prestígio “contamine” os textos e contribua para dar a entender um *tom de verdade*. Abaixo seguem seis trechos de editoriais de seis jornais brasileiros diferentes produzidos em diferentes cidades (Teresina, São Luis, Brasília, Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro). Parece pouco provável identificar, nas marcas lingüísticas, traços culturais, psicológicos ou sociais que possam remeter para algum traço identitário dos redatores que os produziram ou dos segmentos socioculturais aos quais eles pertencem, embora não seja impossível identificar o estilo dos jornais.

- 3) O Fundo Monetário Internacional (FMI) está preocupado que o Brasil não controle seus gastos em ano eleitoral. A dívida foi colocada ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, anteontem, em Washington. (*O Dia*, 25 abr. 2006)
- 4) No epicentro do caos que tomou conta do Sistema Estadual de Educação, por ser o maior responsável pelo que está acontecendo, o governador José Reinaldo Tavares demitiu o sr. Edson Nascimento do cargo de secretário. (*O Estado do Maranhão*, 28 abr. 2006)
- 5) A cada mudança de governo no Rio Grande, aos cidadãos incumbe assistir a um mesmo e embaraçoso impasse. O que concentra as atenções dos administradores que saem e dos que entram, o que lhes rouba o sono e lhes consome as horas não é o destino a ser dado a grandes empreendimentos estimulados e financiados pelo poder público, ou a forma mais adequada de aplicar recursos excedentes em realizações de interesse coletivo. (*Zero Hora*, 1 dez. 2002)
- 6) O aumento do custo de vida, com alguns índices como IGP-M superando 21% em 12 meses, preocupa os brasileiros após oito anos do Plano Real, que derrubou a inflação. O valor da cesta básica ultrapassou o do salário mínimo e já não se pode dizer que a estabilidade do seu preço é conquista nacional. (*Correio Braziliense*, 1 dez. 2002)
- 7) Governos novos enfrentam problemas novos e antigos. Também ao governo Lula caberá a esfinge da educação — que vai nos devorar se não for decifrada, ou tirada do caminho. O governo que sai tem números positivos a mostrar nesse terreno — sobretudo a quase universalização da educação pública para o ensino fundamental. (*O Globo*, 30 nov. 2002)

- 8) A visita do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva a Buenos Aires está sendo aguardada com grande entusiasmo pelas autoridades argentinas. Amanhã Lula toma o café da manhã com o presidente Eduardo Duhalde e depois tem uma reunião com os ministros da Fazenda e das Relações Exteriores e com os presidentes das Casas legislativas. (*O Estado de São Paulo*, 1 dez. 2002).

Interação entre uma instituição e indivíduos-leitores – via editoriais, tem-se uma instituição (uma empresa jornalística) interagindo com indivíduos constituídos como leitores (também consumidores, pelo fato de comprarem os jornais). Mas não há traços lingüístico-textuais que apontem diretamente para a interação com os leitores, ou seja, a figura do leitor não é trazida para a materialidade do texto, sendo apenas presumida (já em colunas e em artigos é comum haver menção direta aos leitores). Ou seja, o leitor se apresenta nos editoriais como uma posição axiológica presumida pelo editorial, mas não como uma instância de diálogo direta. Assim, por não dialogar diretamente com os leitores, os editoriais conferem aos seus próprios temas e posições enunciativas um acentuado tom de verdade. Como a palavra não é passada diretamente ao leitor, o que se busca é que ele aceite a orientação argumentativa apresentada e, conseqüentemente, alinhe-se à posição enunciativa defendida pelo jornal – nesse sentido, a interação é tensa. Em outras palavras, a autoria *no* editorial confere autoridade à empresa jornalística para que ela assuma uma posição e a defenda como uma verdade.

Busca e cobrança por uma coerência enunciativa – as instituições jornalísticas se vêem compelidas a manter coerência em torno de suas posições enunciativas, sendo isso cobrado pelo conjunto dos leitores. Ou seja, do ponto de vista dos leitores, os jornais, por intermédio de seus editoriais (mas também de outros gêneros), passam a ser rotulados como sendo de um certo matiz (político, moral, estético ou partidário). Não é incomum encontrar editoriais publicados em épocas distintas e motivados por acontecimentos diversos, mas que expressam uma mesma posição enunciativa global. Esse funcionamento exemplifica bem a tese de Foucault (1969) de que o autor (aqui diríamos a *autoria*) é vista como um “foco de coerência” que interage dialeticamente com o trabalho de leitura e de crítica dos conjuntos de leitores.

Ineditismo textual – também se pode dizer que a autoria nos editoriais pode ser vista na busca pelo ineditismo do texto do editorial. Vemos que as notícias, muitas vezes, são transcritas e reeditadas de outros jornais e agências de notícias. Também encontramos artigos de opinião sendo publicados ao mesmo tempo em mais de um jornal. Mas isso não tem ocorrido com os editoriais: como tendência geral de funcionamento, dir-se-ia que um exemplar de editorial deve ser publicado uma única vez e em um único jornal. Esse funcionamento decorre

do fato de ser o editorial, de modo deliberado, que responde pela tomada de posição axiológica explícita do jornal: é sobretudo pelo editorial que um jornal pode se diferenciar de outros jornais, embora possa haver uma série de posições parecidas ou idênticas entre jornais diferentes. Ainda que o discurso possa ser o mesmo, a enunciação precisa ser diferente e decorrer de um enunciado inédito.

Considerações finais

Esperamos ter contribuído, com este trabalho, para enfatizar a grande importância do estudo da autoria para as teorias de gênero e para a compreensão dos fenômenos discursivos como um todo. Conforme entendemos, a ampliação e o alargamento do objeto de estudo linguístico – do signo até o discurso, passando pela frase e pelo texto – necessitam de uma correlata ampliação da noção de “falante” a quem se atribui a responsabilidade pelos atos de linguagem. Em outras palavras, se a noção de locutor – genérico, abstrato e idealizado – dá conta do estudo do signo e da frase e se a noção de *enunciador* resolve o estudo da significação pragmática, não se pode dizer que essas duas noções sejam suficientes para a investigação do funcionamento dos textos e dos discursos. De fato, os estudos dos textos pelo viés teórico da noção de gêneros do discurso somente podem ser conduzidos satisfatoriamente se a noção de autoria for efetivamente contemplada. A razão é óbvia: textos e discursos são produzidos não por locutores ou enunciadores, mas por *autores*.

ALVES FILHO, F. The institutional authorship on the newspaper editorials. *Alfa*, São Paulo, v.50, n.1, p.77-89, 2006.

- *ABSTRACT: This work results from a discussion on the relations of implication and determination between the concepts of authorship and discourse genres. The discussion is based on an enhancement of the conception of authorship which is now seen as a constitutive category of the discourse genre as a whole, and not only of those in which the individual style is conceived as a base enunciation enterprise – the case of the literary genres. The main perspective of the study considers that there is a relation of mutual determination between genre and authorship so that, on one hand, the genres already contemplate a given conception of authorship, but on the other hand, it is the authorship work that configures a formal and functional ‘relative stability’. The comparative analysis of newspaper editorials throws some light on this discussion and points out to the fact that, even in strongly institutional genres, the authorship study offers significant contributions for the genre study.*
- *KEYWORDS: Authorship; institutional authorship; newspaper genres; editorials.*

Referências Bibliográficas

ALVES FILHO, F. *A autoria nas colunas de opinião assinadas da Folha de S. Paulo*. 2005. 272f. Tese (Doutorado em Lingüística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

BAKHTIN, M. *Discurso na vida e discurso na arte: sobre poética sociológica*. Tradução de Carlos Alberto Faraco e Cristovão Tezza, 199-. (Texto de circulação acadêmica – Mimeografado)

_____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: AnnaBlume; Hucitec, 1997.

_____. O problema do texto em lingüística, filologia e nas ciências humanas: um experimento em análise filosófica. In: _____. *Estética da criação verbal*. S. Paulo: Martins Fontes, 1992a.

_____. Os gêneros do discurso. In _____. *Estética da criação verbal*. S. Paulo: Martins Fontes, 1992b.

_____. *Questão de literatura e de estética: a teoria do romance*. São Paulo: Editora da UNESP; Hucitec, 1998.

BARTHES, R. A morte do autor. In: _____. *O rumor da língua*. Lisboa: Edições 70, 1984.

BELTRÃO, L. *Jornalismo opinativo: filosofia e técnica*. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BRONCKART, J.-P. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo: EDUC, 1999.

FARACO, C. A. Autor e autoria. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005.

FOUCAULT, M. *O que é um autor*. Lisboa: Passagens, 1969.

MELO, J. M. de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. 2.ed. rev. Petrópolis: Vozes, 1994.

RODRIGUES, R. H. *A constituição e o funcionamento do gênero jornalístico artigo: cronotopo e dialogismo*. 2001. 356f. Tese (Doutorado em Lingüística Aplicada) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://lael.pucsp.br/lael/teses>>. Acesso em: 15 jul. 2002.

SCHNEUWLY, B. et. al. *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas: Mercado das Letras, 2004.